

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

ANDRÉ LUÍS FARIA DUARTE

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN

DEBORAH DE MORAES ZOUAIN

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Introdução

A Administração Pública (AP) pode ser entendida como um campo, área ou disciplina das ciências sociais. Surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, e tinha como foco a preparação de servidores para a AP moderna nos EUA (Farah, 2011), com grande influência do conceito weberiano de burocracia (Soeters & Tessema, 2004). Desta forma, o Estado, em sua visão moderna, de acordo com Almeida, Ferreira, Teixeira, & Gomes (2019), passa a contar com “um conjunto de organismos de decisão (Parlamento e Governo) e de execução (Administração Pública)” (p. 24). Para Berrones (2009), a administração pública moderna tem raízes que a definem como uma disciplina com identidade própria.

Não só no Brasil, mas em toda a América Latina, suas origens estão fortemente ligadas ao direito e ao enfoque jurídico (Wahrlich, 1979; Keinert, 1994; Motta, 2013). Guerreiro Ramos já dizia que a Nova Administração Pública se caracterizava “pela percepção do hiato que existe entre o que sabemos e o que precisamos saber para cumprir os deveres específicos de nossa profissão” (Guerreiro Ramos, 1970, p. 9).

Para Nunes e Nunes (2018, p. 143) “como ciência, a AP ainda precisa se desenvolver, consolidar suas teorias e aprofundar o conhecimento de seu objeto, descobrindo as propriedades e as ‘leis’ que regem seu comportamento”. Apesar do grande volume de pesquisa na área, os estudos atuais investigam o tema parcialmente, sem incorporar todos os aspectos da gestão pública e sem uma estrutura organizada (Ryu, 2016). Por outro lado, para Figueroa e Daviod (2017), a ciência política e a administração pública da América Latina tomaram o caminho de consolidar-se à medida que acumulam e sistematizam conhecimentos que fortalecem o corpus de políticas públicas como objeto de estudo altamente relevante.

Desta forma, o presente estudo, de caráter exploratório e descritivo, busca fazer um levantamento dos estudos em AP na América Latina, com o objetivo de identificar as características comuns e divergentes entre a produção de autores brasileiros e a produção de autores latino americanos não brasileiros. Para tal, foi feita pesquisa bibliográfica, onde se contextualizou historicamente as ciências sociais e a AP na América Latina, e realizada pesquisa bibliométrica, a partir da base Scielo, com artigos de autores latino-americanos que abordam a AP.

Fundamentação teórica

Historicamente, o pensamento social na América Latina sofreu forte influência europeia (Nunes, 2005). O desenvolvimento dessas ciências relaciona-se aos contextos históricos e políticos característicos dessa região, ligados aos processos de expansão capitalista, da industrialização e dos poderes mundiais (Langdon, 2014). As ciências sociais, especialmente a sociologia, projetaram-se na América Latina entre as décadas de 1930 e 1950, “período no qual há, por parte de frações da burguesia local, um esforço de industrialização substitutiva de desenvolvimento capitalista independente e de modernização social” (Nunes, 2005, p. 23). Em meados da década de 1960, “as ciências sociais haviam se autonomizado no sistema de educação superior, a partir do estabelecimento de carreiras e cursos de sociologia” (Blanco, 2007, p. 89). De acordo com Miglievich-Ribeiro (2014), entre 1950 e 1970 houve, na América Latina, profícuo intercâmbio que gerou ideias e argumentos originais sobre assuntos como capitalismo dependente e subdesenvolvimento, que foram diminuindo de importância ao longo do tempo.

Ballestrin (2013) chama a atenção para o importante movimento latino-americano do final da década de 1990 chamado Grupo Modernidade/Colonialidade. Para essa autora, este foi um “movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (Ballestrin, 2013, p. 89). Neste sentido, Torres, Romão e Teodoro (2012, p. 16) ressaltam que “A história das ciências sociais na América Latina está vinculada a um complexo grupo de fenômenos” e complementam, enfatizando que “o pensamento vinculado às ciências sociais, tanto epistemológica quanto teoricamente, está enviesado por distintas ideologias, paradigmas teóricos e racionalidades políticas e científicas que existiram ou existem ainda na região”. Já Trindade (2018) sustenta que as ciências sociais, nessa parte do mundo, sujeitaram-se ao contexto sociopolítico de cada nação, tendo uma orientação reformista e crítica.

Para Domingues (2008), a economia política era imprescindível para a maior parte da sociologia latino-americana nos anos 1960 e 1970, em conexão com o marxismo ou com as teorias da dependência. No entanto, “as teorias da dependência ganharam corações e mentes e transformaram as ciências sociais latino-americanas em mundiais” (Martins, 2011, p. 266).

Especificamente no Brasil, a institucionalização das Ciências Sociais ocorreu em períodos distintos, tendo um primeiro grupo de intelectuais (juristas, engenheiros e médicos) atuado entre 1870 a 1930, fundamentando suas reflexões em “fatores biológicos e no referencial evolucionista” (Silva & Silva, 2012, p. 98). Entre 1945 e 1964, as ciências sociais se ocuparam de assuntos políticos a partir de diferentes enfoques disciplinares, privilegiando estudos sobre o Estado brasileiro (Villas Bôas, 1991). Cesco, Moreira e Lima (2014, p. 61) sustentam que a sociologia, a antropologia e a ciência política formam a “tríade clássica das ciências sociais brasileiras”. Para Forjaz (1997), as ciências sociais conquistaram, aos poucos, seu espaço nas agências governamentais de fomento, como CNPq, FINEP e CAPES, à medida em que se ampliava a comunidade de cientistas sociais.

Corrêa (1987, p. 21) identifica três momentos das ciências sociais brasileiras: o primeiro, chamado de o momento da ‘grandes sínteses’, que se relacionava às avaliações globais da sociedade brasileira feitas por intelectuais como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre; o segundo, de transição, em que se verificava a realidade brasileira no campo, estimulada por um interesse externo e pela ânsia de autoconhecimento por parte da intelectualidade nacional; e o terceiro, iniciado com a reforma universitária no final da década de 60, expressa pelos cursos de pós-graduação.

Administração Pública

A Administração Pública (AP), de acordo com Grimmelikhuisen, Tummers e Pandey (2017), em comparação com outras disciplinas, é metodologicamente subdesenvolvida. Para Orozco (2009), assim como outras ciências sociais, a AP, desde a sua origem, tem problemas epistemológicos relacionados à sua condição disciplinar.

Lan e Anders (2000) sustentam que, durante décadas, pesquisadores se esforçaram na busca por um núcleo intelectual para o campo da AP. De acordo com Fischer (1984, p. 278), “como área de conhecimento e ação, a administração pública tem evoluído cumulativa e, até certo ponto, desordenadamente, ao longo de sua história”.

Especificamente na América Latina, as ciências administrativas, de uma forma geral, tiveram em seus primórdios forte “predomínio do enfoque jurídico (ou da concepção legalista) da administração pública” (Wahrlich, 1979, p. 33). No Brasil, de acordo com Motta (2013), a AP, assim como a ciência política, tem sua origem no direito, e apenas nas décadas de 1940/1950 ganhou autonomia como campo de produção de conhecimento. Mais

recentemente, essa área de estudo tem reconfigurado “a sua identidade enquanto campo científico, a partir do diálogo com outras disciplinas das ciências sociais, como a ciência política, a sociologia política, a geografia e a antropologia” (Andion, 2012, p. 15).

Apesar da AP brasileira ter avançado em relação às estruturas, métodos e procedimentos, não houve “desenvolvimento de um arcabouço teórico que dê conta de analisar e compreender a complexidade inerente às diversas dimensões da administração pública brasileira” (Fadul & Silva, 2009, p. 359).

Vários autores analisaram modelos de AP predominantes em cada período histórico, e há quase um consenso em se identificar três modelos que se destacaram, cada um, em determinado contexto histórico, sendo esses os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial ou da Nova Gestão Pública (NGP) (Bresser Pereira, 1996; Soeters & Tessema, 2004; Gomes & Oliveira, 2010; Costa, 2012).

De forma sucinta pode-se considerar que a administração patrimonialista é um modelo onde o patrimônio do governante e o patrimônio público se confundem, como nas monarquias absolutistas (Costa, 2012). O modelo burocrático surge no contexto de avanço do capitalismo, que exigia separação do espaço público do privado, baseando-se na relação de poder racional-legal de Max Weber (Costin, 2010). Ramos e Milanesi (2017) sustentam que uma característica comum entre as administrações públicas latino-americanas é a coexistência de modelos burocráticos-weberianos com patrimonialismo e práticas de clientelismo em larga escala. O clientelismo político é considerado uma característica tradicional da gestão pública latino-americana (Nascimento Neto & Moreira, 2012).

Já o modelo gerencial, também chamado de Nova Gestão Pública (NGP), trata-se de um conjunto de teorias e estudos acerca da modernização da AP mediante lógicas de gestão específicas do setor privado (Iacovino, Barsanti, & Cinquini, 2017). Em relação às reformas do setor público, a NGP se tornou a doutrina dominante nos últimos 30 anos (Neves & Gómez-Villegas, 2020).

Montero (2017) ressalta que atualmente, na América Latina, praticamente todos os paradigmas tradicionais de gestão pública estão sendo questionados, já que nenhum deles, com algumas honrosas exceções, foi capaz de fornecer uma resposta eficaz aos problemas crescentes que ameaçam destruir as fundações já corroídas, sobre as quais repousa a própria existência do Estado. Nesse sentido, Dani, Dal Magro, Matias-Pereira e Zonatto (2018) observam que na maioria dos países da América Latina, com suas democracias consideradas imperfeitas, houve, nas últimas décadas, diminuição na legitimidade da AP.

Metodologia

O presente estudo se caracteriza como bibliométrico, pois estuda aspectos quantitativos da produção acadêmica (Macias-Chapula, 1998). De acordo com Santos (2003), a bibliometria busca analisar as atividades científicas por meio de estudos quantitativos. Para Zupic e Čater (2015), sintetizar os achados do passado é uma das atividades mais importantes para o avanço do conhecimento em um tema particular. O estudo tem, também, caráter exploratório e descritivo.

A seleção de artigos foi feita na base de dados Scielo, acessada por meio da plataforma Web of Science. A base Scielo foi escolhida em função de ser uma base multidisciplinar constituída, principalmente, de periódicos da América Latina e Caribe (Hora, Ribas Júnior, & Souza, 2018). A busca foi feita partir da seleção de artigos que contém a expressão “*public management*” ou “*public administration*” no tópico da base Scielo. A partir dos dados da produção acadêmica na América Latina, foram analisados três conjuntos de dados: o primeiro conjunto com o total dos dados coletados, ou seja, com todos os artigos com autores latino-

americanos, o segundo conjunto com artigos com autores brasileiros e o terceiro conjunto com artigos com autores latino-americanos não brasileiros.

Os dados foram analisados a partir das ferramentas disponibilizadas na plataforma Web of Science e também por meio do software VOSviewer na versão 1.6.11, que foi usado como ferramenta para auxiliar na análise dos arquivos baixados. Em função das inconsistências encontradas nos arquivos com os metadados, foi necessário um trabalho manual de verificação e correção desses dados, principalmente em relação aos nomes de autores citados e referenciados. O exemplo mais marcante é o de Luiz Carlos Bresser Pereira. O nome deste autor foi encontrado de 23 formas diferentes nas referências dos artigos.

Análise dos dados

Os resultados obtidos a partir de dados coletados na base Scielo, apontam que, do total de produção acadêmica na América Latina sobre AP, que totaliza 949 publicações, 594, ou 62,6%, tem pelo menos um autor vinculado a instituição de pesquisa brasileira. Os outros países com pesquisadores com produção em AP na América Latina são: México com 106 publicações; Colômbia com 90; Chile com 71; Argentina com 34; Venezuela com 26; Cuba com 17, Equador com 12, Uruguai com 5, Costa Rica e Peru com 4 cada e Bolívia com uma publicação (Figura 1).

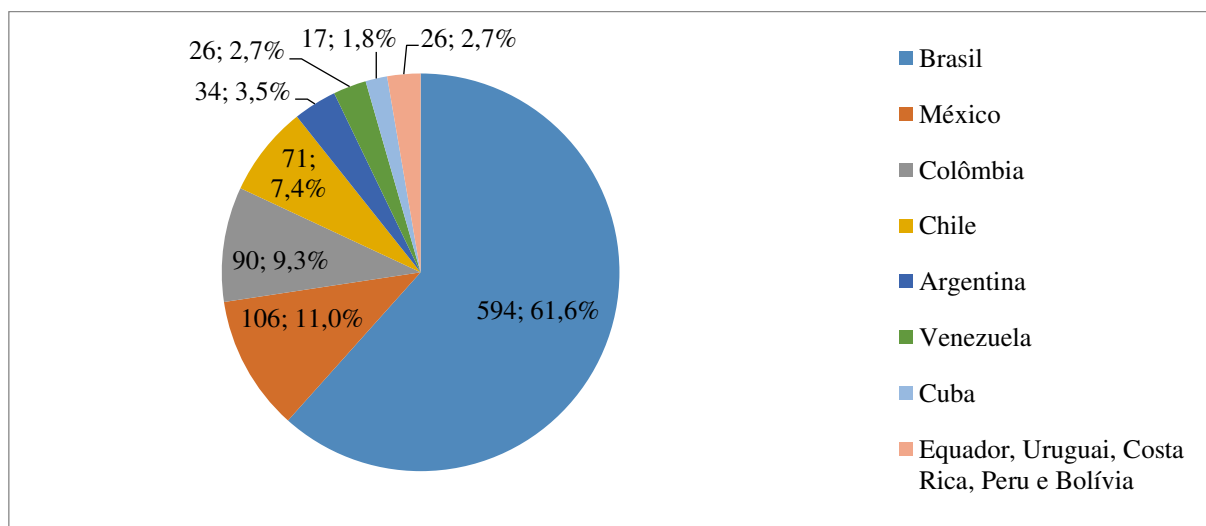


Figura 1. Países que mais publicam

Parece haver, também, pouca integração de pesquisadores brasileiros com seus pares latino-americanos, já que do total de 949 artigos, apenas 4 contam com a coautoria de pesquisador latino-americano não brasileiro.

A análise ao longo do tempo mostra que a produção sobre o assunto na América Latina tem crescido de forma regular. No período estudado, apenas em 4 anos (2004, 2007, 2010 e 2016) a produção foi menor do que no ano anterior. Já a análise dos dois conjuntos separados, mostra menor regularidade. A produção brasileira teve pico em 2006, que só foi superada em 2010, tendo crescimento constante até 2014, quando ficou estável pelos dois anos seguintes. Teve uma pequena queda em 2017 que foi seguida por um outro pico na produção em 2018. A produção de autores latino-americanos não brasileiros também se mostrou irregular no período, tendo um crescimento expressivo em 2008, mas se mantendo no mesmo patamar até 2016. Em 2017 teve um grande pico na produção seguido por uma grande queda em 2018.

A comparação entre os dois conjuntos mostra que apenas em três anos a produção de autores latino-americanos não brasileiros foi maior que a de brasileiros em 2002, 2005 e 2008, e em 2009 houve empate. No restante do período analisado, a produção brasileira foi maior, principalmente de 2012 a 2016, quando se nota um “deslocamento” na comparação entre os dois grupos. Chama a atenção, também, os dois anos mais recentes, 2017 e 2018. A produção brasileira de 2017 caiu bastante, voltando ao mesmo nível de 2013, sendo seguida por um pico considerável em 2018, quando aumentou muito a produção comparada aos anos anteriores. No caso dos autores latino-americanos não brasileiros, o comportamento nesses anos foi o inverso, já que tiveram um pico expressivo em 2017, voltando ao patamar dos anos anteriores em 2018 (Figura 2).

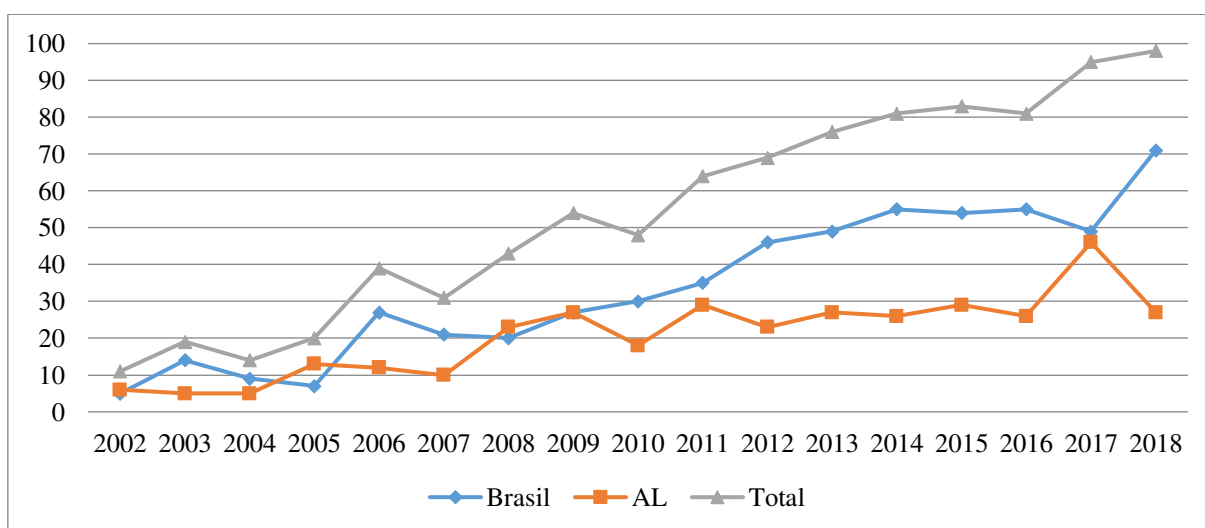


Figura 2. Quantidade de artigos publicados por ano

Os 949 artigos têm autores de instituições de toda a América Latina e coautores de instituições dos EUA, Canadá, Europa e África. Instituições cujos autores a elas vinculados publicaram 7 ou mais artigos somam 38, sendo 27 do Brasil, 4 do México, 3 da Colômbia, 3 do Chile e 1 da Venezuela (Tabela 1).

Tabela 1

Instituições dos autores que mais publicam

Instituição	País	Natureza	Artigos
Fundação Getúlio Vargas	Brasil	Privada	73
Universidade de São Paulo	Brasil	Pública	66
Universidade de Brasília	Brasil	Pública	41
Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil	Pública	32
Fundação Oswaldo Cruz	Brasil	Pública	28
Universidade Federal de Viçosa	Brasil	Pública	26
Universidade Federal de Santa Catarina	Brasil	Pública	21
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	Pública	21
Universidad Nacional Autónoma de México	México	Pública	20
Universidade Federal da Bahia	Brasil	Pública	20
Universidade Federal de Lavras	Brasil	Pública	20
Universidade Federal do Paraná	Brasil	Pública	20
Universidad Nacional de Colombia	Colômbia	Pública	18
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil	Pública	18
Universidade Federal Fluminense	Brasil	Pública	18
Universidade Federal de Pernambuco	Brasil	Pública	16
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Brasil	Confessional	14

Universidade Federal do Espírito Santo	Brasil	Pública	13
Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso	Chile	Confessional	12
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Brasil	Confessional	12
Universidad do Chile	Chile	Pública	12
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Brasil	Pública	12
Universidad Autónoma del Estado de México	México	Pública	11
Universidad Autónoma Metropolitana	México	Pública	11
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Brasil	Pública	11
Universidad Del Valle	Colômbia	Pública	10
Universidade do Estado de Santa Catarina	Brasil	Pública	10
Universidade do Grande Rio	Brasil	Privada	9
Universidade Estadual Paulista	Brasil	Pública	9
Universidad del Rosario	Colômbia	Privada	8
Universidad del Zulia	Venezuela	Pública	8
Universidade Estadual de Campinas	Brasil	Pública	8
Universidade Estadual de Maringá	Brasil	Pública	8
Universidade Federal de Goiás	Brasil	Pública	8
Universidade Federal de São Paulo	Brasil	Pública	8
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Brasil	Confessional	7
Universidad de Guadalajara	México	Pública	7
Universidad de Santiago de Chile	Chile	Pública	7

A classificação das instituições não surpreende, pois está em linha com a classificação dos países que mais publicam sobre o tema. No entanto, alguns achados na relação chamam atenção.

A principal característica da relação é a predominância de instituições públicas. Das 38 relacionadas, 31 são instituições públicas, 4 são confessionais e 3 são privadas. As 4 instituições confessionais são universidades católicas, 3 no Brasil e uma no Chile. As instituições privadas são 2 brasileira, Fundação Getúlio Vargas e Universidade do Grande Rio, e uma colombiana, a Universidad del Rosario.

Outra característica é que apenas 2 instituições não são universidades, mas estão bem colocadas entre as que mais publicaram sobre o tema. São elas a Fundação Getúlio Vargas em primeiro lugar e a Fundação Oswaldo Cruz em quinto. A Fundação Oswaldo Cruz, é uma instituição pública da área da saúde, o que pode demonstrar um interesse específico na área da saúde pública.

Os 949 artigos aparecem divididos entre 277 periódicos, o que dá uma média de 3,4 artigos por periódico. Nesse ponto, chama a atenção a liderança da Revista de Administração Pública, editada pela Fundação Getúlio Vargas, com 141 artigos, o que representa 14,9% do total da produção pesquisada. O segundo periódico com maior número de artigos também é editado pela Fundação Getúlio Vargas, Cadernos EBAPE.BR, com 58 artigos, que representam 6,1% da produção. Esses dois periódicos representam 21% da produção pesquisada. Do total, 14 periódicos concentram 40,3% da produção, sendo 10 deles editados por instituição do Brasil, 2 do México, um da Venezuela e um da Colômbia (Tabela 2).

Tabela 2
Periódicos que mais publicam sobre AP na América Latina

Periódico	Instituição/país	Qtde.	%	% acumul
Revista de Administração Pública	FGV/Brasil	141	14,9	14,9
Cadernos EBAPE.BR	FGV/Brasil	58	6,1	21,0
Organizações & Sociedade	UFBA/Brasil	25	2,6	23,6
Ciência & Saúde Coletiva	ABRASCO/Brasil	22	2,3	25,9
Convergencia	UAEMEX/México	21	2,2	28,1

Revista de Administração Contemporânea	ANPAD/Brasil	19	2,0	32,1
Saúde e Sociedade	USP/Brasil			
Gestión y política pública	CIDE/México	17	1,8	33,9
REAd. Revista Eletrônica de Administração	UFRGS/Brasil	12	1,3	35,2
Revista Direito GV	FGV/Brasil	11	1,2	36,4
Revista Venezolana de Gerencia	LUZ/Venezuela	10	1,1	37,4
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	CESGRANRIO/Brasil			
Estudios Socio-Jurídicos	Urosario/Colômbia	9	0,9	40,3
Revista de Investigações Constitucionais	UFPR/Brasil			
BAR Brazilian Administration Review	ANPAD/Brasil			
Ingeniería Industrial	UBIOBIO/Chile			
JISTEM Journal of Information Systems and Technology Management	USP/Brasil	8	0,8	45,3
Polis Santiago	ULAGOS/Chile			
RAM Revista de Administração Mackenzie	Mackenzie/Brasil			
Revista de Administração de Empresas	FGV/Brasil			
Ambiente e Sociedade	ANPPAS/Brasil			
Cadernos de saúde pública	FIOCRUZ/Brasil			
Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestion Estatal	UNL/Argentina			
Estudios Gerenciales	ICESI/Colômbia	7	0,7	51,9
Gestão & Produção	UFSC/Brasil			
Innovar	UNAL/Colômbia			
Región y sociedad	ColSon/México			
Revista de Administração da Universidade de São Paulo	USP/Brasil			
Revista de Sociologia e Política	UFPR/Brasil			
Educação & Sociedade	UNICAMP/Brasil			
Texto & Contexto - Enfermagem	UFSC/Brasil	6	0,6	53,8
urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	PUC-PR/Brasil			

Como o Brasil responde por mais de 60% da produção do tema, não surpreende muito que a maioria dos periódicos sejam editados no Brasil. No entanto, um aspecto interessante do levantamento é que 3 periódicos posicionados na 10^a, 13^a e 14^a posições têm foco no campo do Direito. Tal característica pode indicar que as origens da AP na América Latina no campo do direito e ao enfoque jurídico, conforme já citado, ainda está presente nos dias atuais.

Dentre esses 32 periódicos, 4 deles têm foco na área da saúde. Como os quatro são editados por instituições brasileiras, reforça a ideia de relevância da área da saúde pública na pesquisa acadêmica brasileira.

Os 949 artigos selecionados foram citados 1484 vezes. Neste ponto há uma grande diferença entre os trabalhos de autores latino-americanos brasileiros dos não brasileiros. A média de citações por artigo de autores brasileiros é de 2,04 com h-index de 14, enquanto a de autores não brasileiros é de 0,76 com h-index de 6 (Tabela 3).

Tabela 3
Citações por artigo

	AL com Brasil	Brasil	AL sem Brasil
Total de artigos	949	594	359
Citações	1484	1214	272
Média de citações por artigo	1,56	2,04	0,76
h-index	14	14	6

Ao se analisar as citações por periódicos, nota-se um “descolamento” em relação aos periódicos que mais publicam, já que algumas bem colocadas em número de artigos publicados, não repetem tal desempenho quando analisadas as citações recebidas. A

concentração de citações em alguns periódicos é maior do que a concentração de artigos publicados, já que apenas 2 periódicos concentram quase 32% das citações e 8 periódicos concentram mais de 50% (Tabela 4).

Tabela 4
Periódicos com mais citações

Periódico	Citações	%	% acumulado
Revista de Administração Pública	291	19,6%	19,6%
Ciência & Saúde Coletiva	181	12,2%	31,8%
Revista de Administração de Empresas	75	5,1%	36,9%
Cadernos EBAPE.BR	44	3,0%	39,8%
Revista de Administração Contemporânea	43	2,9%	42,7%
Educação & Sociedade	42	2,8%	45,6%
Saúde e Sociedade	40	2,7%	48,2%
Revista de Nutrição	30	2,0%	52,3%
Organizações & Sociedade	27	1,8%	54,1%
Cadernos de Saúde Pública	27	1,8%	55,9%
Revista Brasileira de Ciências Sociais	26	1,8%	57,3%
Texto & Contexto - Enfermagem	21	1,4%	58,6%
Tempo Social	20	1,3%	59,8%
Revista de Sociologia e Política	18	1,2%	61,0%
Gestión y política pública	17	1,1%	62,1%
Polis (Santiago)	17	1,1%	63,2%
Estudios Políticos	16	1,1%	64,2%
Revista de Salud Pública	15	1,0%	65,2%
Engenharia Sanitaria e Ambiental	14	0,9%	66,1%
Estudios Gerenciales	14	0,9%	67,0%
Revista Brasileira de Educação	14	0,9%	67,9%
Revista de Saúde Pública	13	0,9%	68,7%
Sociologias	12	0,8%	69,5%
Signo y Pensamiento	11	0,7%	70,2%
Ambiente & Sociedade	10	0,7%	70,9%
Convergencia	10	0,7%	71,5%
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação			

Mais uma vez chama atenção a área da saúde, com alguns periódicos melhor posicionados do que na relação de quantidade de artigos publicados. Há, inclusive, um colombiano, *Revista de Salud Pública*, que pode indicar que a relevância da área da saúde pública não se dá apenas no Brasil.

Em relação aos autores, dentre os 20 que mais publicam na área, 18 são vinculados a instituições brasileiras. Ainda que essa liderança seja esperada, já que as instituições brasileiras respondem com mais de 60% da produção, essa proporção de 90% dos autores que mais publicam não deixa de surpreender (Tabela 5).

Tabela 5
Autores que mais publicam

Autores América Latina	Registros
Marco Aurelio Marques Ferreira	9
Ricardo Corrêa Gomes	8
Elvia Fadul	7
José Roberto Pereira	7
Edson Arlindo Silva	6
Fátima Bayma de Oliveira	6

Alketa Peci	
Fernando de Souza Coelho	
Jorge E. Culebro Moreno (México)	5
Pedro Roberto Jacobi	
Vicente Sisto (Chile)	
Adalmir de Oliveira Gomes	
Frederico Lustosa da Costa	
Luiz Antonio Joia	
Magnus Luiz Emmendoerfer	
Maria Ceci Misoczky	4
Mozar José Brito	
Sandro Cabral	
Simone Tetu Moysés	
Suely de Fátima Ramos Silveira	

Essa característica poderia indicar uma concentração maior de pesquisadores da área no Brasil. No entanto, vale ressaltar que 9 artigos, no universo de 594, corresponde a pouco mais de 1,5% da produção, o que não caracteriza uma concentração da produção. O mesmo raciocínio aplicado ao México, revela que o autor com 5 artigos responde por 4,7% da produção de 106 artigos do país. No Chile, o autor com 5 artigos responde por 7,0% da produção de 71 artigos.

Ao se observar os dados completos, são 555 autores vinculados a instituições não brasileiras. Desses, 510 (91,9%) publicaram apenas uma vez. Considerando a coautoria, na média houve 1,8 autores por artigo. No caso do Brasil são 1220 autores sendo que 1082 (88,7%) publicaram apenas uma vez. Na média, houve 2,4 autores por artigo.

Em relação à quantidade de autores que publicaram apenas uma vez, em ambos os conjuntos o percentual está próximo a 90%, o que demonstra pouco interesse ou pouca persistência na pesquisa sobre o tema. Já os percentuais de coautoria demonstram uma diferença importante na característica dos dois conjuntos, evidenciando que os autores de instituições brasileiras cooperam mais entre si. Outra característica que se pode identificar com esses dados é que, dos autores que mais publicam na área, a grande maioria é vinculada a instituições brasileiras.

Foi realizada, também, análise dos autores mais citados nas pesquisas. Esse ponto é o que evidencia maior distanciamento entre as pesquisas no Brasil do restante da América Latina. Dentre os dez autores mais citados nos dois conjuntos, apenas Max Weber aparece em ambos. Dentre os 16 mais citados de cada conjunto, apenas Jürgen Habermas se soma a Weber.

Os 6 autores mais citados nos trabalhos de autores não brasileiros, não aparecem nem entre os 32 mais citados por autores brasileiros. O autor mais citado por brasileiros, Luiz Carlos Bresser Pereira, aparece apenas na 20ª. posição dos autores citados por latino-americanos não brasileiros e os autores na 2ª. 3ª. e 4ª. posição também não aparecem entre os 32 mais citados pelos latino-americanos não brasileiros (Tabela 6).

Tabela 6
Autores mais citados

América Latina		Brasil	
Autor citado	Citações	Autor citado	Citações
1 Guerrero, Omar	52	Bresser Pereira, Luiz Carlos(***)	203
2 Aguilar Villanueva, Luis F.	51	Abrucio, Fernando Luís	88
3 Cabrero Mendoza, Enrique	44	Paes de Paula, Ana Paula	70
4 Peters, B. Guy		Guerreiro Ramos, Alberto	63

5	Arellano Gault, David	39	Weber, Max(*)	
6	Barzelay, Michael	38	Fischer, Tânia	49
7	Hood, Christopher(****)	32	Yin, Robert K.(****)	
8	Osborne, David(****)		Bardin, Laurence	45
9	Weber, Max(*)	30	Tenório, Fernando Guilherme	39
10	García de Enterría, Eduardo		Gil, Antonio Carlos	38
11	Crozier, Michel	26	Harvey, David	
12	Cunill Grau, Nuria		Avritzer, Leonardo	
13	Christensen, Tom	25	Farah, Marta Ferreira Santos	
14	March, James G.		Giddens, Anthony	36
15	Habermas, Jürgen(**)	22	Habermas, Jürgen(**)	
16	Longo Martínez, Francisco	21	Souza, Celina	
17	Bresser Pereira, Luiz Carlos(***)	20	Bourdieu, Pierre(***)	
18	Kliksberg, Bernardo	19	Carvalho, José Murilo de	
19	Pollitt, Christopher(****)		Castells, Manuel(****)	35
20	Castells, Manuel(***)	18	Keinert, Tania Margarete Mezzomo	
21	Bourdieu, Pierre(***)	17	Minayo, Maria Cecília de Souza	
22	O'Donnell, Guillermo		Vergara, Sylvia Constant	
23	Echebarría, Koldo		Hair Jr., Joseph F.	34
24	Iacoviello, Mercedes		Pollitt, Christopher(****)	
25	Kooiman, Jan	16	Matias-Pereira, José	31
26	Moore, Mark H.		Hood, Christopher(****)	30
27	Stiglitz, Joseph E.		Osborne, David(****)	25
28	Oszlak, Oscar	15	Sen, Amartya	24
29	Sisto, Vicente		Mintzberg, Henry	23
30	Subirats, Joan		Kettl, Donald F.	21
31	Waissbluth, Mario	13	Bobbio, Norberto	20
32	Yin, Robert K.(****)		Peci, Alketa	

Nota: (*) autor citado entre os 10 mais citados em ambos os conjuntos; (**) autor citado entre os 16 mais citados em ambos os conjuntos; (***) autores citados entre os 22 mais citados em ambos os conjuntos; (****) autores citados entre os 32 mais citados em ambos os conjuntos.

Ao se observar a relação de autores mais citados, percebe-se que há grande diferença entre as fontes consultadas nos dois grupos. Na lista dos autores mais citados por autores latino-americanos não brasileiros, a maioria é de autores contemporâneos que publicam estudos na área de AP ou afins (políticas públicas, gestão pública, direito público etc.). A lista de autores citados por autores brasileiros já apresenta maior heterogeneidade, incluindo autores que publicaram principalmente sobre questões metodológicas (Yin, Bardin, Gil, Vergara e Hair), o que mostra uma maior preocupação dos autores brasileiros com essas questões, e autores ligados a áreas não diretamente ligadas, mas que permeiam as discussões sobre AP, como Harvey, Giddens, Mintzberg e Bobbio. Dentre os 22 autores mais bem colocados em ambas as listas, aparecem 4 mais dedicados a questões sociológicas (Weber, Habermas, Bourdieu e Castells), ainda que com forte presença nos estudos da AP, especificamente Weber e Habermas. Dentre os 32 mais citados em ambas, aparecem 4 que se dedicam a AP e áreas afins (Bresser Pereira, Pollitt, Hood e Osborne).

Outra observação importante refere-se aos autores relacionados na tabela 3 (autores que mais publicam) que constam da tabela 4 (autores mais citados). São apenas 3: Bresser Pereira, Peci e Sisto. Desta forma, pode-se inferir que os autores latino-americanos, inclusive brasileiros, citam pouco seus pares latino-americanos.

Foi feito também um levantamento das palavras-chave mais utilizadas nos artigos. Neste item, os artigos parecem ser mais homogêneos nos dois conjuntos, embora haja algumas peculiaridades (Tabela 7).

Tabela 7
Palavras-chave mais utilizadas

América Latina		Brasil	
palavra-chave	ocorrência	palavra-chave	ocorrência
public administration	87	public administration	134
public management	52	public management	70
new public management	28	public policies	28
governance	21	public policy	25
public policy		new public management	19
public policies	15	brazil	16
mexico	12	accountability	13
chile	11	state reform	
citizen participation		management	11
state	10	health policy	10
corruption	9	innovation	
management		bureaucracy	9
administrative reform	8	decentralization	
civil service		governance	8
democracy	health management		
evaluation	7	state	7
innovation		social management	
modernization	6	social participation	8
bureaucracy		sustainability	
decentralization	6	transparency	7
e-government		democracy	
local government	5	information technology	7
participation		knowledge management	
state reform	5	organizational culture	7
accountability		participation	
electronic government	5	public sector	7
government		social control	
local development	5		7
political science			
social participation			

Pode-se perceber que no topo da lista as duas palavras-chave mais usadas nos dois conjuntos foram “*public administration*” e “*public management*”, o que não surpreende, já que foram as palavras utilizadas na busca para selecionar os artigos. No entanto, das 6 palavras-chave mais usadas nas listas, 5 são comuns a ambas, o que pode caracterizar certa homogeneidade. Além das duas já citadas, “*public policies*”, “*public policy*” e “*new public management*” também aparecem. Nota-se, desta forma, uma atenção especial às políticas públicas bem como do advento da “*new public management*” ou “nova gestão pública”. Neste ponto, é surpreendente que apenas 19 artigos de autores brasileiros tenham essa palavra chave, principalmente ao se levar em conta a liderança de Bresser Pereira, principal nome desse movimento no Brasil, nos autores citados nos artigos de autores brasileiros. Deve-se levar em conta, também, que a palavra-chave “*state reform*” aparece na 7ª. posição, em 13 artigos, empatada com “*accountability*”, e que provavelmente também se refere ao movimento da nova gestão pública. Uma terceira palavra-chave que também se refere ao mesmo assunto, “*administrative reform*”, aparece apenas nos artigos de latino-americanos não brasileiros. Desta forma, pode-se considerar que provavelmente, a “*new public management*” teve uma atenção dos autores latino-americanos não brasileiros maior do que dos autores brasileiros.

Palavras-chave mais relacionadas à dinâmica organizacional como “*information technology*”, “*knowledge management*” e “*organizational culture*” estão presentes apenas no

conjunto de artigos de autores brasileiros, provavelmente se referindo a estudos em organizações e empresas da AP.

Nos dois grupos, aparecem várias palavras-chave relacionadas à transparência e participação, como “*governance*”, “*accountability*”, “*citizen participation*”, “*social participation*”, “*transparency*”, “*participation*” e “*social control*”, indicando também uma preocupação da academia latino-americana nesses assuntos.

Por fim, as palavras “*e-government*” e “*electronic government*” aparecem somente entre as mais utilizadas entre os artigos de autores não brasileiros, e as palavras “*health policy*” e “*health management*” apenas entre as mais utilizadas por autores brasileiros. Em ambos os casos, parece mostrar uma atenção especial dos autores nesses temas, sendo a questão da saúde já observada nas instituições e nos periódicos que mais publicaram.

Conclusão

O estudo buscou identificar convergências e divergências entre o perfil da produção sobre AP realizada no Brasil e da produção realizada nos outros países da América Latina. A primeira observação básica é que a produção brasileira responde por mais de 60% da produção da América Latina, com 594 artigos. Desses, apenas 4 tem coautoria entre brasileiros e latino-americanos não brasileiros. Ou seja, a integração por esse prisma é bem pequena.

O segundo ponto é que o tema tem ganhado relevância e importância na academia latino-americana, o que pode ser verificado no aumento bastante regular no número de artigos publicados ao longo dos anos. Ainda que as produções de autores brasileiros e autores latino-americanos não brasileiros, quando vistas separadamente, apresentem um crescimento menos regular, a produção total mostra um crescimento vigoroso e constante.

As instituições que produzem essas pesquisas são, na quase totalidade, universidades, e na grande maioria, públicas. Em relação aos periódicos que publicam os estudos, há uma concentração de 21% da produção em duas publicações, ambas editadas pela Fundação Getúlio Vargas, que também é a instituição que mais produz. No entanto, a proporção da produção nas instituições e na publicação nos periódicos, acompanha, de certa maneira, a proporção da produção por país, tendo sempre o Brasil em primeiro lugar, acompanhado de México e Colômbia e seguidos por Chile, Argentina e Venezuela.

Em relação aos autores que mais publicam, há uma certa concentração em autores brasileiros, que ultrapassa os 62% da produção verificada. São 6 autores que publicaram 6 artigos ou mais, todos brasileiros. Dos 20 autores que publicaram mais de 3 artigos, apenas 2 não são brasileiros. Ainda que esses que mais publicam possam ser considerados exceções, é relevante identificar que apenas 2 autores não brasileiros publicaram mais de 3 artigos sobre AP. Isso pode demonstrar uma tendência nos autores não brasileiros em se dedicar pouco ao tema, conseqüentemente produzindo relativamente pouco. Além disso, a pesquisa mostrou que em torno de 90% dos autores (91,9% do não brasileiros e 88,7% dos brasileiros) publicaram apenas uma vez. Tal percentual reforça a ideia de que a grande maioria dos autores latino-americanos, inclusive os brasileiros, se dedicam pouco ao tema.

Outra grande diferença encontrada é em relação às citações recebidas pelos artigos. Dos 14 artigos que tiveram 14 ou mais citações (h-index) todos são de autores brasileiros. A média de citações recebida pelos artigos brasileiros foi maior que o dobro da média recebida pelos artigos não brasileiros. Isso mostra que a pesquisa brasileira tem encontrado eco na academia. Principalmente a área da saúde mostra um desempenho expressivo nas citações recebidas.

O ponto que demonstra a maior diferença entre o perfil dos estudos brasileiros dos estudos latino-americanos não brasileiros, talvez seja a análise das referências utilizadas nos estudos pesquisados. Apenas 2 autores estão entre os 16 mais citados de ambas as listas. Grosso modo, os estudos brasileiros buscam suas fontes em autores diversos dos estudos não brasileiros. Percebe-se, também, preocupação maior por questões metodológicas por parte dos autores brasileiros. Nesse ponto, vale ressaltar que a AP já foi tida, conforme já citado, como metodologicamente subdesenvolvida (Grimmelikhuijsen et al., 2017). Seria essa uma tentativa dos autores brasileiros de conferir mais robustez metodológica aos estudos em AP?

As palavras-chave dos estudos também indicaram alguma mudança de perfil entre os dois grupos de artigos, embora de forma não muito evidente. A palavra-chave “*new public management*” aparecer mais em artigos de autores não brasileiros pode indicar que esse movimento foi mais estudado nos outros países da América Latina do que no Brasil.

Ressalta-se a significativa presença da área da saúde nos estudos em AP, principalmente dos autores brasileiros. Os índices relacionados às instituições que mais publicam, periódicos que mais publicam e que recebem mais citações, artigos mais citados e palavras-chave, formam um conjunto de indicadores que permitem considerar a importância da área da saúde nos estudos em AP na América Latina, principalmente entre os brasileiros.

Como qualquer estudo, o presente tem suas limitações. Uma delas refere-se à base de dados consultada. A escolha pela Scielo deveu-se à forte presença desta base nos países latino-americanos. No entanto, obviamente, a base não indexa toda a produção acadêmica da região, assim como nenhuma outra base. As características da base podem ter influenciado alguns resultados apresentados. No entanto, qualquer que fosse a base utilizada, tal limitação correria.

Uma segunda limitação refere-se ao escopo de pesquisa utilizado para selecionar os artigos. O uso das expressões “*public management*” e “*public administration*” no campo “tópico” da base consultada talvez não seja o mais adequado. É possível, ou até provável, que algum artigo que se refere ao tema pesquisado tenha ficado de fora da pesquisa, e que também o inverso tenha ocorrido. Talvez uma pesquisa com o escopo de busca mais elaborado, buscando outras palavras ou expressões que caracterizem o tema, possam ter um resultado mais apurado.

Como sugestão de pesquisas futuras, a realização de estudo equivalente incluindo outras bases de dados ou escopo de pesquisa mais refinados, que possam ser comparados com os resultados aqui apresentados, pode enriquecer esses achados. Outra sugestão é a realização de pesquisa qualitativa, buscando identificar os contextos, tipos de pesquisa e assuntos mais estudados no âmbito das pesquisas em AP. A questão da metodologia parece carecer de pesquisas mais aprofundadas, sendo uma lacuna que merece ser explorada. Tais estudos poderiam oferecer uma contribuição valiosa aos acadêmicos da área.

Referências

- Almeida, A. L. T., Ferreira, M. A. M., Teixeira, S. A., & Gomes, A. F. (2019). O empoderamento de mulheres e o Programa Bolsa Família: um recorte analítico em Minas Gerais. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 5(2), 22-48. <http://dx.doi.org/10.18616/rdsd.v5i2.5391>
- Andion, C. (2012). Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos Ebape.BR*, 10(1), 1-19. <https://doi.org/10.1590/s1679-39512012000100003>

- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, 11, 89-117. <https://doi.org/10.1590/s0103-33522013000200004>
- Berrones, R. U. (2009). Condiciones, procesos y tendencias de la administración pública contemporánea. *Convergencia*, 16(49), 73-102. Recuperado de <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1269>
- Blanco, A. (2007). Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social*, 19(1), 89-114. <https://doi.org/10.1590/s0103-20702007000100006>
- Bresser Pereira, L. C. (1996). Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 120(1), 7-40. Recuperado de <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1734>
- Cesco, S., Moreira, R. J., & Lima, E. de F. N. de. (2014). Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84), 57-71. <https://doi.org/10.1590/s0102-69092014000100004>
- Corrêa, M. (1987). *História da antropologia no Brasil: 1930-1960, Depoimentos*. Campinas: UNICAMP.
- Costa, G. P. da. (2012). *Heranças patrimonialistas, (dis)funções burocráticas, práticas gerenciais e os novos arranjos do Estado em rede: entendendo a configuração atual da administração pública brasileira* (Tese de doutorado). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9976>
- Costin, C. (2010). *Administração pública*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Dani, A. C., Dal Magro, C. B., Matias-Pereira, J., & Zonatto, V. C. da S. (2018). Efeitos da Qualidade da Governança Pública no Sentimento de Confiança da População em Países da América Latina. *Administração Pública E Gestão Social*, 10(4), 228-238. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i4.1794>
- Domingues, J. M. (2008). *Latin America and contemporary modernity: a sociological interpretation*. New York: Routledge.
- Fadul, É. M. C., & Silva, M. de A. M.-A. da. (2009). Limites e possibilidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 351-365. <https://doi.org/10.1590/s1415-65552009000300002>
- Farah, M. F. S. (2011). Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 813-836. <https://doi.org/10.1590/s0034-76122011000300011>
- Figueroa, J. J. C., & David, H. J. G. (2017). Las políticas públicas un campo de reflexión analítica entre la ciencia política y la administración pública latinoamericana. *Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales*, 19(2), 366-387. Recuperado de <http://ojs.urbe.edu/index.php/telos/article/view/163>
- Fischer, T. (1984) Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 24(4), 278-288. <https://doi.org/10.1590/s0034-75901984000400038>
- Forjaz, M. C. S. (1997). A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35). <https://doi.org/10.1590/s0102-69091997000300007>

- Gomes, M. L. S., & Oliveira, F. C. de. (2010). Modelos organizacionais de administração pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado. *Revista de Ciências da Administração*, 12(28), 105-126. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2010v12n28p105>
- Grimmelikhuijsen, S., Tummers, L., & Pandey, S. K. (2017). Promoting State-of-the-Art Methods in Public Management Research. *International Public Management Journal*, 20(1), 7-13. <https://doi.org/10.1080/10967494.2016.1169066>
- Guerreiro Ramos, A. (1970). A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 4(2), 7-45. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11293>
- Hora, G. P. R., Ribas Júnior, R., & Souza, M. A. de. (2018). Estado da Arte das Medidas em Satisfação no Trabalho: Uma Revisão Sistemática. *Trends in Psychology*, 26(2), 971-986. <https://doi.org/10.9788/tp2018.2-16pt>
- Iacovino, N. M., Barsanti, S., & Cinquini, L. (2017). Public Organizations Between Old Public Administration, New Public Management and Public Governance: the Case of the Tuscany Region. *Public Organization Review*, 17(1), 61-82. <https://doi.org/10.1007/s11115-015-0327-x>
- Keinert, T. M. M. (1994). Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas*, 34(3), 41-48. <https://doi.org/10.1590/s0034-75901994000300004>
- Lan, Z., & Anders, K. K. (2000). A paradigmatic view of contemporary public administration research: An empirical test. *Administration & Society*, 32(2), 138-165. <https://doi.org/10.1177/00953990022019380>
- Langdon, E. J. (2014). Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. *Ciência & saúde coletiva*, 19, 1019-1029. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.22302013>
- Macias-Chapula, C. A. (1998). O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da informação*, 27(2), 134-140. <https://doi.org/10.1590/s0100-19651998000200005>
- Martins, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Miglievich-Ribeiro, A. (2014). Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 14(1), 66-80. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181>
- Montero, G. (2017). Del gobierno abierto al Estado abierto: la mirada del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. In A. Naser, A. Ramírez-Alujas, & D. Rosales (Eds.), *Desde el gobierno abierto al Estado abierto en América Latina y el Caribe*. (pp. 53-81). Santiago: CEPAL.
- Motta, L. E. (2013). Os limites teóricos (e políticos) da teoria das organizações e da administração pública. *Revista Novos Rumos*, 50(2). Recuperado de <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3465>
- Nascimento Neto, P., & Moreira, T. A. (2012). Urban policy in Brazil: Mismatches in the social management of land appreciation. *Spatium*, 28, 1-6. <https://doi.org/10.2298/spat1228001n>

- Neves, F. R., & Gómez-Villegas, M. (2020). Reforma contábil do setor público na América Latina e comunidades epistêmicas: uma abordagem institucional. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 11-31. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180157>
- Nunes, E. D. (2005). Ciências Sociais em Saúde: uma reflexão sobre sua história. In: M. C. S. Minayo, & C. E. A. Coimbra Júnior (Orgs). *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina* (pp. 19-31). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Nunes, R. da C., & Nunes, S. P. P. (2018). Uma breve discussão sobre a fragilidade teórica nos campos da Administração Pública. *Revista Estudos e Pesquisas em Administração*, 2(1), 134-147. <https://doi.org/10.30781/repad.v2i1.5996>
- Orozco, O. G. (2009). La formulación de principios en la administración pública. *Convergencia*, 16(49), 15-35. Recuperado de <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1267>
- Ramos, C., & Milanesi, A. (2017). Public Management Models, Latin America. In: A. Farazmand, (ed.). *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance* (pp. 70-79). Cham: Springer International Publishing.
- Ryu, S. (2016). Modeling public management: current and future research. *Public Organization Review*, 16(1), 77-94. <https://doi.org/10.1007/s11115-014-0297-4>
- Santos, R. N. M. dos. (2003). Produção científica: por que medir? O que medir?. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1(1), 22-38. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v1i1.2087>
- Silva, C. L. da., & Silva, R. de S. (2012). A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. *Impulso*, 22(54), 97-106. <https://doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v22n55p97-106>
- Soeters, J. L., & Tessema, M. T. (2004). Public management in developing countries: some notes on Eritrea. *International Review of Administrative Sciences*, 70(4), 623-635. <https://doi.org/10.1177/0020852304048446>
- Torres, C. A., Romão, J. E., & Teodoro, A. (2012). Redes institucionais na América Latina: construindo as Ciências Sociais Contemporâneas e a Educação. *Revista Lusófona de Educação*, 21, 13-32. Recuperado de <http://recil.ulusofona.pt/handle/10437/3878>
- Trindade, H. H. C. (2018). "Disciplinarização" e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. *Sociologias*. 20(47), 210-256. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004707>
- Villas Bôas, G. (1991). A tradição Renovada. In: H. Bomeny, & P. Birman (orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil* (pp. 21-41). Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará.
- Wahrlich, B. M. de S. (1979). Evolução das ciências administrativas na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 13(1), 31-68. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7496/5960>
- Zupic, I., & Čater, T. (2015). Bibliometric methods in management and organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429-472. <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>